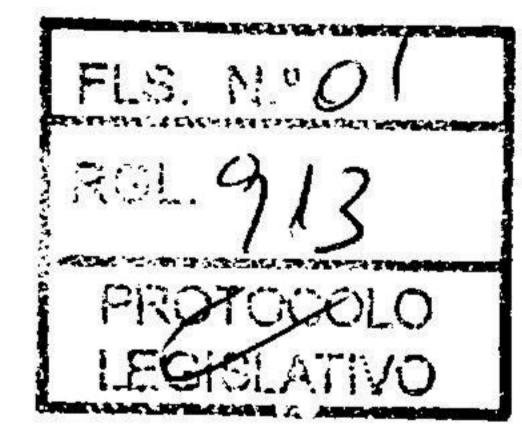


- se inclua-se em PAULO KOBAYASHL-Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 826, de 20 de junho de 1997, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:



Artigo 1°.- O disposto no § 1°. do artigo 9°. da Lei Complementar nº 826, de 20 de junho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1°. - O servidor não perderá o direito à percepção da GAO quando se afasta em virtude de férias, núpcias, luto, serviços obrigatórios por lei, licença 🗢 para tratamento de saúde pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, licença gestante, licença paternidade, licença prêmio, faltas justificadas, licença adoção, missão de interesse da Administração Pública, bem como participação em congressos, cursos ou demais certames relacionados com a respectiva área de atuação, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias".

Artigo 2º.- Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, SERVICO DE REGISTRO E

revogada as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

PROTOCOLO	LEGISLA	TVO
RGL 9/3	de10103	198
Autuado com Ass.		folhas
THE RESERVE AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF		

A alteração proposta tem por objetivo aperfeiçoar o dispositivo legal que apresenta impropriedades, ou seja, deixou de constar a licença a funcionária gestante, levando a idéia de que a mulher não poderá ser designada como Ouvidora da Polícia, o que representaria uma afronta à Constituição Federal, já que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Como não foi esta a idéia do legislador, devemos concluir que ele esqueceu-se de fazer constar a referida licença.

Quanto aos vocábulos "gala" e "nojo", por serem antiquados e não mais utilizados nos dias atuais, preferimos substituí-los por "núpcias" e "luto".

O vocábulo "júri" foi excluído do texto, eis que a participação como jurado decorre de incumbência imposta por lei, ou seja, o serviço do júri é obrigatório nos termos do artigo 434 do Código de Processo Penal Brasileiro. desnecessidade de se constar júri e a seguir serviços obrigatórios por lei.

A parte final do parágrafo foi suprimida tendo em vista que seria mesmo muito curioso o Ouvidor de Polícia, depois de ter sido nomeado para esse cargo, candidatar-se para ocupar cargo em sindicato de categoria e, vindo a eleger-se,

continuar a recebendo a Gratificação por Atividade de Ouvidoria (GAO), atividade essa que não mais estaria a exercer. A invocação do § 1º. do artigo 125 da Constituição do Estado e demagógica e somente traz benefícios para o servidor, já que o mandato de Ouvidor de Polícia é curto e o interessado ficaria apenas onerando os cofres do Estado de São Paulo.

FLS. 11.02
ROL 9/3
PROTOCOLO
LEGISLATIVO

Sala das sessões em...

ROSMARY CORRÊA (Delegada ROSE)

Deputada Estadual

PMDB

SSC 01/3 199 8

**

Serviço de Processo Legislativo
Publicado no DIARIO OFICIAL
de / 3

RBBD/

Folha 5
Proc. 9/3

Nos termos do ítem 3, parágrafo único do art 148, da IX Consolidação do Regimento Interno presente proposição esteve em pauta nos o correspondentes às 24ª a 28ª Sessões Ordinárias 11 a 17/03/98), não tendo recebido emendas substitutivos.

DOL, 17/03/